

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DESIGNADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO - PROCESSO SIAD: Nº 143/2023

CONSIGNET SISTEMAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 23.112.748/0001-81, com sede na Av. Carneiro Leão, 563, Ed. Le Monde, Sobre Loja, centro, CEP 87014-010, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, neste ato representada por quem de direito, doravante identificada como **RECORRENTE**, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 109, inciso I, alínea “a” da Lei nº 8.666/1993, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face do resultado preliminar do certame tendo declarado preliminarmente vencedora a empresa ZETRASOFT LTDA, o que faz pelas razões a seguir aduzidas:

1. DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

Conforme art. 109, inciso I, alínea a da Lei nº 8.666/1993 cabe recurso administrativo do resultado do julgamento dos documentos de habilitação e inabilitação das licitantes no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação da ata. No mais em se tratando de contrarrazões as mesmas serão no prazo de 5 dias úteis, após a comunicação feita pelo ente público para as demais licitantes.

Portanto, temos por TEMPESTIVO o presente recurso administrativo.

2. DAS RAZÕES DE FATO E DE DIREITO

2.1. DO PREÇO INEXEQUÍVEL. DA VERIFICAÇÃO DOS VALORES DE MERCADO.

Conforme SESSÃO PÚBLICA que ocorreu dia 31 de julho de 2023, após a fase de lances, prova de conceito e fase de habilitação foi declarado o resultado preliminar do certame tendo a empresa vencedora ZETRASOFT LTDA, com valor da proposta em R\$ 0,01.

Ocorre que o objetivo do processo licitatório não envolve apenas a escolha da melhor proposta, mas também da escolha da melhor empresa para a execução do serviço, de que adianta a contratação de uma empresa com a melhor proposta se tal preço não é suficiente para a cobertura dos custos da contratação e consequentemente não puder ser realizado o serviço contratado.

Nesse sentido, após uma avaliação comparativa com os preços praticados no mercado para os mesmos serviços e considerando a complexidade e escopo do projeto, percebemos que a proposta da ZETRASOFT LTDA se mostra inexecutável. Essa discrepância levanta dúvidas sobre a capacidade da empresa de entregar os serviços conforme as especificações e requisitos do Edital. Preços como esse devem ser considerado como preços predatórios, devendo, portanto a presente Comissão diligenciar para validade se a presente empresa possui competência para praticar os referidos preços sem interferir nos serviços ou até mesmo não gerar ônus para o presente ente público, pois, caso o contrário, os servidores deste Município vão acabar suportando os encargos das operações junto às instituições financeiras, além da possibilidade de inexecução do serviço, revelando-se, portanto, numa proposta desvantajosa.

É por tal motivo o ilustre Professor Joel de Menezes Niebhur apregoa a seguinte situação: “a admissão de propostas inexecutáveis pode ser desastrosa para a Administração e ao invés de trazer vantagens, impõe à ela prejuízos como obras mal estruturadas, objetos imprestáveis, reparações, manutenções, além de novos, demorados e onerosos processos licitatórios” (NIEBUHR, 2005, p. 195).

Vejamos que o valor do lance vencedor, ofertado pela empresa ZETRASOFT LTDA, não leva em conta os custos mínimos necessários para garantir a segurança e qualidade do processo, resta claro que a valor de R\$0,01 (um centavo) restam inexecutáveis.

Não tão distante o § 3º do art. 44 da Lei nº 8.666, faz menção os preços simbólicos e inexecutáveis:

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 3º Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do

próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração. (grifos nossos)

Portanto, a própria legislação esclarece a obrigatoriedade de verificação do valor da proposta frente ao objeto prestado, objetivando a avaliação e atestado se a licitante tem condições de cumprir o avençado. Tal fato é de suma importância, pois objetiva evitar prejuízo posterior da Administração Pública. Logo, a respeito da inexequibilidade, passamos a transcrever as palavras de Marçal Justen Filho:

Haverá inexequibilidade quando a margem de lucro for insuficiente para a manutenção da atividade do licitante. A desclassificação deverá ocorrer ainda quando o ofertante demonstrar condições de executar a proposta deficitária. Variará apenas o fundamento da desclassificação. (Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13 ed)

A partir da leitura anterior, nota-se que a documentação colacionada na licitação, não é possível encontrar informações concretas tão pouco outras documentações que proporcionem segurança para a contratação dos seus serviços a R\$ 0,1 (um centavo), restando dúvidas quanto ao valor ofertado e ao cumprimento do objeto. Assim para os preços que se situem em patamares inexequíveis, devem ser objeto de demonstração de viabilidade pela empresa que os ofertou, sob pena de, não logrando êxito nessa comprovação, ser desclassificada a proposta conforme inciso II do art. 48 da lei de licitações. Além disso a evidência de prática de valor irrisório deve conduzir à Administração Pública a formulação de diligências, destinadas a apurar a viabilidade da execução. Nesse sentido vejamos o entendimento do TCU:

Ao indicar propostas como presumidamente *inexequíveis*, a Administração deve abrir às respectivas empresas a possibilidade de comprovação da viabilidade de suas propostas, com a apresentação de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato. (TCU. Acórdão 1426/2010-Plenário | Relator: AROLDO CEDRAZ)

Portanto danosa é a proposta que não esteja baseada em preços possíveis e aceitáveis, pois é evidente que a empresa pretendeu ter sua proposta aceita e ser contratada a qualquer modo e a qualquer custo, apresentando valores excessivamente irrisórios, o que impedirá a execução do contrato desejado.

Outrossim, a classificação de preços vil pode dar margem para que a licitante cobre das consignatárias. Por outro lado, vejamos que o próprio Ministério Público de Minas Gerais não permite que seja cobrado outros valores, pois o valor que foi ofertado na proposta de preço é o valor que deve ser cobrado das consignatárias, senão vejamos a resposta dos esclarecimentos desta empresa:

PERGUNTA 2 – “Sabemos que a empresa vencedora do certame tem a responsabilidade de fazer a gestão da margem e de todos os consignados, ocasião em que terá acesso as taxas praticadas por todos os demais convênios, além do conhecimento de todo endividamento dos servidores do referido Órgão.”

PERGUNTA 2.a – “Desta forma, questionamos se será admitido que a empresa processadora realize prestação do serviço diverso do exigido no objeto do Edital, cobrando das consignatárias por tal serviço?”

Resposta 2.a – “Não há previsão no edital.”

Cabe destacar que na resposta do Município ao nosso pedido de esclarecimento, foi claro que não poderá cobrar valores diferentes o edital e nem prestar serviços diverso do exigido no objeto do edital, cobrando das consignatárias por tais serviços.

Nesse sentido em hipótese da licitante ZETRASOFT, ser a empresa licitante vencedora do processo licitatório, deve a Administração Pública assegurar que essa não cobrará por outros serviços, ou cobrar valores aquém do que foi tratado em processo licitatório.

Resta evidente que aquela empresa não poderá cobrar das consignatárias qualquer valor referente a execução do contrato, nem mesmo realizar contrato com objeto diferente do disposto na presente licitação, devendo ser considerada ilícita, qualquer prestação de serviços que não estão no edital e utilizando serviços adversos não contemplados na proposta de preço. Também é sabido que a prestação de quaisquer outros serviços que tragam vantagem financeira deve ser licitada, uma vez que, os contratos entre a licitante e as consignatárias devem ser exclusivamente o mesmo objeto da licitação qual seja gestão de consignado.

Cumpre frisar que afastar as propostas irregulares não é mera faculdade da

Administração Pública, logo é um dever, sob pena de responsabilização futura pelos danos acarretados ao erário.

Desta forma, é nítida a necessidade de verificação pela Comissão a viabilidade da proposta e verificação se os valores propostos são condizentes com os valores de mercado, e não sendo verificado que os valores são condizentes com os propostos no mercado, requer a declaração de o preço manifestamente inexequível, para o valor ofertado pela empresa ZETRASOFT LTDA, vez que será evidente possibilidade de prejuízos a Administração, bem como para o bem comum da sociedade.

3. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Diante dos fatos e fundamentos técnicos e jurídicos apresentados, a **RECORRENTE** vem, respeitosamente, a esta Comissão Permanente de Licitações E Pregoeiro (a), requerer:

- a) Que o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, tendo sido tempestivamente protocolado, seja recebido e remetido à autoridade competente para julgá-lo;
- b) Declarado **DESCLASSIFICADA** a empresa ZETRASOFT LTDA do processo de Pregão Eletrônico – Processo Siad: Nº 143/2023, considerando o preço ofertado manifestamente inexequível;
- c) O TOTAL DEFERIMENTO do presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, **também em seu efeito suspensivo**, para que surta os efeitos legais e resguarde todos os direitos da RECORRENTE e dos demais participantes.

Isto posto, pede deferimento,

Maringá-PR, 14 de julho de 2022.

CONSIGNET SISTEMAS LTDA.

Reinaldo da Silva Junior
Diretor Presidente

(44) 3033-6303 | fone

C.N.P.J.: 23.112.748/0001-81

Av. Carneiro Leão, 563, Ed. Le Monde, Sobre Loja
Centro – Maringá – PR, CEP: 87014-010

www.consignet.com.br / licitacao@db1.com.br

Recurso Administrativo - MPMG.pdf

Documento número #46bc8043-c1b4-4e55-a0a8-32f87faa9799

Hash do documento original (SHA256): 99147032ffac6ab8240b0708ffaa2f31e7ab556aea6abd7fd2946ca993f25ff

Assinaturas

 **Reinaldo da Silva Junior**

CPF: 036.972.609-01

Assinou em 14 ago 2023 às 15:57:32

Log

- | | |
|-----------------------|--|
| 14 ago 2023, 15:52:20 | Operador com email ls@db1.com.br na Conta 4dd19993-c0f9-4199-b4bd-41821309eeef criou este documento número 46bc8043-c1b4-4e55-a0a8-32f87faa9799. Data limite para assinatura do documento: 13 de setembro de 2023 (15:51). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro. |
| 14 ago 2023, 15:52:22 | Operador com email ls@db1.com.br na Conta 4dd19993-c0f9-4199-b4bd-41821309eeef adicionou à Lista de Assinatura: reinaldo.silva@db1.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Reinaldo da Silva Junior e CPF 036.972.609-01. |
| 14 ago 2023, 15:57:32 | Reinaldo da Silva Junior assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail reinaldo.silva@db1.com.br. CPF informado: 036.972.609-01. IP: 189.112.251.217. Componente de assinatura versão 1.562.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com . |
| 14 ago 2023, 15:57:33 | Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 46bc8043-c1b4-4e55-a0a8-32f87faa9799. |

**Documento assinado com validade jurídica.**Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 46bc8043-c1b4-4e55-a0a8-32f87faa9799, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

Parecer sobre recursos e contra-razões de recursos

| | |
|-------------------------------|---------------------|
| Número do processo de compra: | 1091012 000143/2023 |
| Número do lote: | 1 |

| Recursos e contra-razões de recursos interpostos por fornecedores | | | | | |
|--|--------------------|---|--|---|---|
| <div>Visualizar recursos anteriores</div> | | | | | |
| Motivo da intenção | CNPJ/ CPF | Nome do fornecedor / empresarial | Arquivo de razões de recurso | Arquivo de contra-razões de recurso | Arquivo de N técnica / Pare interno refere ao recurso |
| - | 03.881.239/0001-06 | ZETRASOFT LTDA | - | Arquivo de contra razões de recurso | Incluir |
| - | 10.357.398/0001-71 | QUANTUM WEB TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA | - | - | Incluir |
| - | 07.527.919/0001-87 | FACIL SOLUCOES TECNOLOGICAS EM INFORMATICA SA | - | - | Incluir |
| A CONSIGNET SISTEMAS LTDA., vem por meio desta, manifestar intenção de recurso em razão de proposta com valor inexequível. | 23.112.748/0001-81 | CONSIGNET SISTEMAS LTDA | Arquivo de razões de recurso | - | Incluir |
| - | 08.893.087/0001-85 | UNITEDTECH SOLUCOES INTEGRADAS LTDA | - | - | Incluir |

*
Parecer:

Salvar

Cancelar